

tura
cola.
rcio
.30,
arda
itura
cola,

As lutas pela reforma agrária no Brasil: a crise do sujeito social e dos mediadores políticos

William Héctor Gómez Soto¹

RESUMO

O presente texto pretende discutir as contradições entre os mediadores políticos de esquerda e os sujeitos sociais das lutas pela reforma agrária. Neste trabalho considera-se que a análise das lutas sociais pela reforma agrária é um ponto de partida para compreender a crise dos mediadores políticos e dos esquemas de interpretação dos intelectuais brasileiros em relação à questão agrária e seus desdobramentos políticos, sociais, e ideológicos.

Palavras-chave: reforma agrária, ideologia, política.

ABSTRACT

THE CONFLICT FOR AGRARIAN REFORM IN BRAZIL: THE SOCIAL SUBJECT AND THE POLITICAL MEDIATORS CRISIS - The present paper intends to argue the contradictions between the mediators on the political left and the social citizens over the struggles for the agrarian reform. In this paper it is considered that the analysis of the social struggles for the agrarian reform is a starting point to understand the crisis of the political mediators and the projects of interpretation of the Brazilian intellectuals in relation to the agrarian issue and its political, social, and ideological unfoldings.

Keywords: agrarian reform, ideology, political mediators.

Introdução

A reforma agrária além de ser um dos temas presentes no cenário político atual e na agenda dos cientistas sociais, expressa um dos graves problemas não resolvidos da

¹ Professor do Dpto. de Ciências Econômicas – UNISC. E-mail: william@unisc.br

sociedade brasileira, mas também pode ser considerado, desde uma perspectiva metodológica, um excelente ponto de partida para a análise das contradições da sociedade brasileira contemporânea.

A questão agrária permanece como um processo inacabado, um problema não resolvido que está oculto, latente e influencia a atual "modernidade" brasileira. A questão agrária não é um assunto ultrapassado, pelo contrário, sua análise pode explicar as atuais contradições sociais que dilaceram a sociedade brasileira. A história da sociedade brasileira é uma história inconclusa porque nela permanecem problemas que, como a questão agrária, fazem parte do passado, mas ainda não foram resolvidos (MARTINS, 2000). A reforma agrária até agora foi apresentada como a solução das contradições econômicas e sociais, isto é do que os especialistas denominam de forma sintética como "questão agrária".

Para alguns autores como Graziano da Silva (1999) a reforma agrária não teria hoje o mesmo significado econômico de 50 anos atrás. A importância da reforma agrária, segundo esta interpretação, reside hoje no seu caráter social e não econômico. O caráter social da reforma agrária estaria na necessidade de tornar cidadãos aos pobres do campo e possibilitar a eles o acesso à saúde, educação, emprego e renda. São poucos os consideram a questão agrária como um obstáculo para o desenvolvimento econômico capitalista. Por isso o significado econômico da reforma agrária tem perdido importância.

Em consequência, a reforma agrária não significaria um questionamento radical ao sistema capitalista nem seria uma necessidade econômica para o desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva a reforma agrária é antes de todo um programa social para incorporar os setores "excluídos" da população. Porém esta visão não é a única, existindo outras visões contrastantes e até contraditórias.

Essas visões acerca da reforma agrária estão permeadas pelas ideologias e políticas dos agentes mediadores principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos partidos políticos de esquerda, mas também sustentadas nas construções analíticas dos intelectuais preocupados com as questões sociais.

É por isso que a questão agrária não deve ser considerada só um problema social, mas um campo político onde coexistem nem sempre de forma pacífica as ideologias e a política; o conhecimento científico e as subjetividades. A questão agrária é um campo onde se expressam não só os conflitos provocados pelas invasões de terra, mas também nele se confrontam interesses de classes e projetos sociais mediatos e imediatos.

Os conflitos e os problemas que ela suscita dividem a sociedade brasileira confrontando grupos sociais e partidos políticos; militantes e intelectuais. A questão agrária não é expressão de relações sociais pré-capitalistas, pelo contrário faz parte da modernidade brasileira. É dessa forma que deve ser considerada. A questão agrária deve ser entendida como um problema moderno que subverte os esquemas interpretativos que limitam a reforma agrária na fronteira do estritamente "rural". A reforma agrária também é uma reforma urbana e interessa às populações que vivem nas cidades.

Uma das manifestações da questão agrária no Brasil é o numeroso contingente populacional que não foi incorporado devidamente à sociedade, principalmente por causa

das estruturas rígidas da sociedade brasileira. Fazem parte desta população numerosa as vítimas sociais, os que foram descartados pela modernidade e que são chamados equivocadamente de "excluídos sociais". Nas palavras de Martins (2000, p. 14) "as nossas estruturas sociais rígidas de vários modos se mantiveram, ao invés de se abrirem para a contratualidade das relações sociais e para a franca incorporação de todos. Os nossos problemas sociais de hoje tem sua raiz nessa anômala modalidade de mudança social".

O presente texto pretende discutir as contradições entre os mediadores políticos de esquerda e os sujeitos sociais das lutas pela reforma agrária. Neste trabalho considera-se que a análise das lutas sociais pela reforma agrária é um ponto de partida para compreender a crise da mediações políticas e dos esquemas de interpretação vigentes acerca da questão agrária brasileira e ainda compreender as posições de alguns intelectuais brasileiros em relação à questão agrária e as contradições por ela geradas.

A participação política da sociedade civil

Algumas idéias básicas são referências para esta discussão. Em primeiro lugar a hipótese sustentada por Martins (2000) da crescente participação da sociedade civil brasileira nos processos sociais e a conseqüente perda de protagonismo do Estado, principalmente após o fim do período ditatorial. Esta hipótese baseia-se numa visão distinta daquela que reconhecia o Estado como protagonista dos processos sociais e econômicos, sendo esta o principal fundamento do populismo (IANNI, 1978). Porém longe de ser uma visão ultrapassada o populismo continua sendo referência fundamental para alguns partidos políticos, permeando e influenciando suas visões e práticas políticas. A própria história dos partidos políticos se confunde com a estrutura de poder do Estado e talvez seja por isso que a maioria deles tenha dificuldades em reconhecer o significado e a necessidade da participação da sociedade civil nas mudanças da sociedade brasileira..

Para Martins (2000) diante das corrosões sociais e políticas promovidas pelo regime militar, a sociedade brasileira não avançou nem para o "socialismo" nem para a socialdemocracia como esperavam muitos autores nos anos 60. Pelo contrário, a sociedade brasileira mergulhou num impasse profundo que pode ser sintetizado no dilema existente entre a modernidade e o "populismo de base, nacionalista e estatista". Este "populismo de base²" que alimenta a visão da esquerda e dos mediadores que com ela se identificam tem suas raízes nas "ruínas das tradições do campo e do tradicionalismo agrário" (MARTINS 2000, p. 16).

² Martins (2000) utiliza a noção de "populismo" para indicar uma orientação ideológica facilmente identificada por exemplo na atuação dos dirigentes do MST que buscam legitimar e justificar uma ação que supostamente representaria o "popular". Populismo no sentido utilizado por Martins tem o mesmo significado que tem o termo "basismo" utilizado por alguns estudiosos das comunidades eclesiais.

A crise do sujeito histórico

O que Martins denomina de “populismo de base”, pode ser considerado como a crise do sujeito histórico e de suas mediações políticas. Quando Martins afirma que a esquerda não se funda mais na fábrica, mas nas ruínas do tradicionalismo agrário está querendo dizer que ela perdeu sua referência de classe histórica. O proletariado deixou de ser a classe cuja missão histórica seria a transformação radical das estruturas capitalistas. A crise da esquerda é a crise do proletariado como sujeito histórico. Rompeu-se o elo que articulava o desenvolvimento capitalista com o aprofundamento das contradições de classes. Não significa isto que o capitalismo não engendra profundas contradições, pelo contrário, nunca foram tão profundas. Porém, o capitalismo se tornou capaz de “dominar a não-solução de seus problemas; sabe sobreviver a seu mau funcionamento. Chega mesmo a tirar deles uma nova força: porque seus problemas não solúveis o são intrinsecamente. E assim permaneceriam mesmo que o poder do Estado pertencesse aos partidos da classe operária” (GORZ, 1987, p., 25).

A raiz da crise da esquerda está na crise do sujeito social histórico e na própria crise do marxismo dogmatizado e ideologizado. A crise da esquerda e do socialismo é a crise do proletariado enquanto classe revolucionária. Essa crise se reflete de forma particular entre os que militam pela reforma agrária, fazendo do “campepinato” a nova classe revolucionária.

Nos países da América Latina insuficientemente industrializados, com uma reduzida classe de proletários industriais, o campeonato passou a ser considerado uma força social capaz de levar à transformação revolucionária das sociedades capitalistas dependentes. Longe de desaparecer essa visão é muito difundida na América Latina, dela resultam os esforços de criar organizações internacionais camponesas, como a Via Campesina, que parece constituir-se numa espécie de nova vanguarda revolucionária contra os males da globalização neoliberal.

A reforma agrária, nesta concepção, aparece como uma bandeira revolucionária. Alguns autores como Carvalho (2005) defendem as potencialidades revolucionárias do campeonato afirmando que as transformações revolucionárias podem ser realizadas através da racionalidade camponesa em oposição à racionalidade capitalista da busca do lucro. Para Carvalho (2005, p. 19) os camponeses são portadores de um “projeto de democratização da terra, das águas, dos saberes” que busca uma acumulação distinta da “acumulação impulsiva e destruidora” determinada pelo lucro. Estamos aqui diante uma tentativa de dotar ao campeonato de uma subjetividade revolucionária comparável com a atribuída pela esquerda marxista ao proletariado. Nesta visão a contradição clássica entre trabalho e capital parece transformar-se na contradição inconciliável entre “economia camponesa” e capitalismo.

No Brasil a crise da esquerda e do proletariado como sujeito histórico é a crise do mito da classe e da ideologia revolucionária. Essa crise se reflete nas lutas pela reforma agrária. A ideologia é uma noção que muitas vezes é deixada de lado na análise das lutas sociais pela reforma agrária. Porém como afirma Zizek (1996) somos obrigados a aceitar a inexorável persistência da noção de ideologia. De acordo com este autor a ideologia é

um conjunto de idéias, crenças e conceitos destinados a nos convencer da sua veracidade, mas que escondem um interesse particular de poder. Segundo Zizek a crítica da ideologia busca discutir o que está oculto, não reconhecido no discurso oficial, a partir das lacunas, rupturas e lapsos.

Por tal motivo é interessante retomar o conceito de ideologia para analisar o significado das anomias que ocorrem na luta pela reforma agrária no Brasil. “Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*” (ZIZEK, 1996, p. 14). A noção de ideologia teve até hoje diversas conceituações e mudanças nos seus significados. Uma dessas mudanças merece ser destacada porque está diretamente relacionada com o tema do presente trabalho. Trata-se da mudança ocorrida nos anos vinte do século passado quando no auge da revolução bolchevique se adotou o termo de “ideologia proletária”, não como distorção da verdade, mas para denominar “a força motriz subjetiva da atividade proletária revolucionária” (ZIZEK, 1996, p. 14). De acordo com este autor essa mudança ocorreu de forma paralela a uma nova interpretação do marxismo, que passou a ser considerado uma ciência objetiva e imparcial que fundamentava a tendência histórica da sociedade capitalista para o comunismo. Assim a elaboração de uma “ideologia proletária” era o suporte subjetivo para que a classe proletária cumprisse sua missão histórica.

A questão agrária no Brasil e suas interpretações

É possível reconstruir um quadro de idéias que nos anos 50 e 60 predominavam entre os cientistas sociais e no campo das esquerdas e se tornaram referências para a análise da questão agrária no Brasil. A primeira delas tinha seu fundamento no pressuposto de que a crise da sociedade brasileira continha a possibilidade da sua modernização capitalista. Uma outra idéia expressava a possibilidade da transformação socialista da sociedade brasileira. Estas duas perspectivas se vinculavam com o debate acerca da natureza feudal ou capitalista da agricultura brasileira.

Este debate predominantemente ideológico tinha implicações diretas nas estratégias políticas da esquerda. Em termos gerais, para um setor da esquerda brasileira, a reforma agrária fazia parte das tarefas de uma pretensa revolução democrático-burguesa que eliminaria as relações feudais no campo. Um dos autores representativos desta tese foi Alberto Passos Guimarães (1979). Por sua vez, Caio Prado Júnior defendia a tese da modernização capitalista o que significava a ampliação das relações salariais. Prado Júnior negava a existência de relações feudais no campo brasileiro. No centro desta discussão estava a questão do sujeito social histórico. Defender a existência de relações feudais no campo significava considerar o “campeonato brasileiro” o sujeito social do processo histórico das transformações na sociedade brasileira. Esta tese era defendida pelos comunistas do PC do B identificados com o maoísmo. No lado oposto, o Partido Comunista Brasileiro defendia a ampliação das relações salariais, isto é, o aprofundamento da modernização capitalista e como resultado, o fortalecimento do proletariado.

As discussões sobre a reforma agrária estão relacionadas a várias dimensões da

problemática mais ampla do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Uma das concepções mais difundida sobre a questão agrária é aquela que sustentava que sua solução era uma necessidade para a ampliação do mercado interno como suporte necessário para o desenvolvimento do capitalismo industrial. A outra concepção defendia a necessidade de uma reforma agrária radical, isto é, como um meio para a transformação profunda das estruturas sociais e econômicas do capitalismo brasileiro. Esta última é a concepção que defendiam as Ligas Camponesas.

Porém, o capitalismo industrial brasileiro se desenvolveu, a agricultura se modernizou sem realizar a reforma agrária. Isto se explica principalmente porque a burguesia surgiu da grande propriedade territorial, ao mesmo tempo em que os capitalistas se tornaram proprietários de terra. Não se trata apenas de uma aliança política ou econômica, mas de uma simbiose entre os grandes latifundiários e os capitalistas industriais. Por isso é equivocado considerar a propriedade da terra como resíduo de relações sociais pré-capitalistas. A burguesia surgiu da grande propriedade da terra. Como afirma Martins (2003a, p194) "É como burguesia que a classe dos proprietários de terra deve ser sociologicamente estudada, ainda que seus interesses de classe incluam a renda da terra e seu caráter especulativo e irracional no próprio desenvolvimento capitalista".

Essa particularidade da formação do capitalismo brasileiro se encarregou de falsificar as visões ideológicas que ainda se fundamentam no modelo clássico do desenvolvimento capitalista. Mas apesar disso, a concepção que considera a reforma agrária como um meio de superação dos bloqueios do capitalismo e também como via para o socialismo ainda é defendida pelo MST e a CPT.

Mais de 40 anos depois, por diversos motivos, o socialismo não se constituiu alternativa possível. Aliás, os partidos políticos de esquerda que defendem a possibilidade de um socialismo brasileiro são vistos como atrasados. Alguns deles ficam realmente constrangidos ao defender abertamente as possibilidades de uma sociedade socialista brasileira. Ironicamente aqueles que defendem abertamente o socialismo o fazem a partir de uma visão de mundo que ficou prisioneira na velha armadilha ideológica dos anos 70 cuja referência principal era o "socialismo" da União Soviética.

O avanço do capitalismo brasileiro se apresenta como contraditório por que, por um lado, efetivamente modernizou importantes setores sociais e produtivos, mas pelo outro provocou um enorme "vazio social" no campo e nas periferias urbanas formadas, sobretudo pelos "desenraizados do mundo rural" (MARTINS, 2000, p. 16). Assim, o processo de transformações sociais ocorrido no Brasil nem levaram para o socialismo e nem permitiu a completa modernização capitalista porque beneficiou somente alguns grupos sociais e jogou uma parte da população no abismo da "exclusão social".

O falso discurso da exclusão

De acordo com Martins (1997, 2002), as pessoas que fazem parte desta parcela importante da população brasileira recebem o nome inexacto de "excluídos sociais". Chamá-los de "excluídos" é equivocado porque a mesma sociedade que os excluem,

também os incluem mesmo que de forma perversa. Eles têm uma função social no processo de acumulação de capital. Portanto é inexacto afirmar que existem excluídos na sociedade brasileira e o discurso que defende sua existência, é um discurso que se baseia no diagnóstico falso daqueles que falam em seu nome.

A visão martinsiana da exclusão social contrasta com as interpretações que atualmente predominam no Brasil e que se caracterizam por uma visão estática e não conseguem apreender a dinâmica do capitalismo brasileiro, que exclui e ao mesmo tempo inclui amplos grupos sociais. De acordo com essas interpretações estáticas a solução para o problema da exclusão é a inclusão, quando na verdade o foco do problema está na forma em que são incluídos esses grupos sociais no sistema capitalista brasileiro.

Os que são inadequadamente denominados "excluídos" desempenham funções residuais no sistema econômico. Veja-se, por exemplo, os catadores de lixo reciclável da cidade de São Paulo. Na visão de Martins (2002), eles estão incluídos perversamente na sociedade brasileira, assim como muitos outros, porém desempenham um papel vital para o processo de acumulação do capital. Eles estão prestando um serviço para a sociedade e para as empresas que não é remunerado adequadamente.

Popularismo ideológico

Neste contexto emerge o que Martins (2000) denomina de "popularismo ideológico" como resultado da defesa dos pobres de seu mundo tradicional ameaçado. Este "popularismo ideológico" ou "basismo" se apresenta como expressão de um radicalismo conservador que se fundamenta na defesa de estruturas e relações sociais do passado. É justamente por isso que esse radicalismo se apresenta como uma "utopia pré-política" que alguns consideram "socialista" alimentando as ações e reivindicações dos militantes de esquerda que protagonizam as lutas pela reforma agrária no Brasil.

As formas de luta pela reforma agrária que protagonizam o MST e outras organizações de militantes pela terra se derivam dessa "utopia-prépolítica" a exemplo do antigo movimento luddita de inícios do século XIX. Dessa maneira podem ser vistas as ocupações de terras, as quebras de postos de pedágios e ocupações de repartições públicas (MARTINS, 2003a). Essa característica do protesto popular não se refere somente às lutas pela terra, mas também abrange as ações de grupos sociais nas cidades que depredam escolas, ocupam prédios abandonados, queimam ônibus e saqueiam supermercados.

Uma semelhança com estas formas de luta pode ser encontrada na reconstrução histórica de Hobsbawm e Rudê (1982) sobre o movimento dos trabalhadores rurais contra a pobreza na Inglaterra da primeira metade do século XIX. "Um aspecto notável no movimento dos trabalhadores de 1830 que o distingue de outros levantes semelhantes era a grande variedade nos seus meios de expressão (...) incêndios culposos, as cartas ameaçadoras, os panfletos e cartazes 'sediciosos', os 'roubos', as reuniões em prol de melhores salários, os assaltos aos curadores, párcos e senhores de terra, e a destruição de tipos diferentes de máquinas". Todas essas formas de lutas tinham como objetivo obter um salário para a subsistência e emprego (HOBBSWAME RUDÊ, 1982). Esse movimento

dos pobres rurais ingleses era claramente conservador porque visava a restauração da ordem social estável, e, portanto seus direitos costumeiros. O levante dos trabalhadores rurais ingleses era expressão da luta do passado contra o futuro, do campo contra a cidade.

Como sugere Martins (2000, p. 18) no Brasil o movimento luddita tropical (o MST seria sua expressão mais acabada) "longe de ser uma proposta de sociedade alternativa, é basicamente uma antiproposta que se esgota em si mesma. Mais do que negação da realidade social injusta é, sobretudo uma forma de discordar dela sem revelar habilidade política para mudá-la e superá-la". Por isso é válido o paralelo com os "ludditas" a que Hobsbawm e Rudê se referem. Esse "luddismo" está presente na sociedade brasileira como um fenômeno tardio e extemporâneo cujo alvo não são somente as máquinas agrícolas, mas as instituições e o direito. Este movimento se manifesta como uma forma pré-política, sem capacidade política, portanto, para interferir eficientemente nos processos políticos nem nas transformações sociais. Isso explica "a facilidade com que suas demandas são incorporadas pelo Estado e por aqueles grupos e partidos políticos que combate e desqualifica. Estado, grupos e partidos que, tradicionalmente, na sociedade brasileira tem se apossado das bandeiras e propostas dessas formas toscas de manifestação da vontade política, viabilizando-as de modo politicamente apropriado, segundo suas próprias concepções e critérios" (MARTINS, 2000, p. 18).

A luta pela terra leva a uma polarização de interesses contraditórios mais amplos. Não se restringe apenas à realização da reforma agrária. Os descontentamentos sociais que dela se derivam não podem ser resolvidos no seu âmbito restrito. As contradições que a luta pela terra engendra ultrapassam os limites dos programas de reforma agrária, provocando profundos questionamentos e demandando necessidades históricas da sociedade brasileira. Por isso segundo Martins (2000, p. 19) "Há muitas mediações que abrem largos abismos entre a suposta força transformadora de uma reforma agrária e a complicada trama de um sistema político como o Estado ou de um sistema de conhecimento como a teologia, para ficar nesses dois disparatados âmbitos".

Como afirma Martins, as limitações dos agentes de mediação impostas pelas suas próprias interpretações dogmáticas, dificultam a compreensão da ação dos sujeitos sociais. Esta incompreensão provoca a anomia nos movimentos sociais e alimenta a forte ideologização que dificulta a superação dos graves problemas sociais. Os agentes de mediação das lutas sociais pela reforma agrária são grupos das classes médias que impõem sua própria visão limitada, incapaz de compreender os problemas para realizar as necessárias reformas sociais históricas que a sociedade brasileira necessita.

Por outro lado, a constante presença do MST na mídia é um fenômeno a ser estudado detidamente. Há nessa presença permanente do MST na mídia um falso sabor de vitória. A divulgação das ações do MST tem como o objetivo apresentar o movimento como expressão de um radicalismo que talvez não represente. Essa presença nos meios de comunicação aparenta o apoio da mídia às ações do MST, provocando um sentimento de vitória generalizado das lutas pela reforma agrária. A mídia é portadora de interesses contrários à reforma agrária. A sensação de vitória que essa exposição na mídia provoca nos militantes do MST é uma armadilha, uma manipulação que busca apresentar o movimento como a expressão mais pura do radicalismo. Examinando atentamente as

matérias jornalísticas dos meios de comunicação pode-se observar que existe a intenção de identificar o MST com símbolos do radicalismo: as bandeiras socialistas, o internacionalismo revolucionário do Ché Guevara, com os sandinistas da Nicarágua e a Cuba Socialista.

Segundo Martins (2000, p. 20) o objetivo de tamanha exposição na mídia, antes de um apoio ao MST tem como objetivo deslegitimar suas ações, apresentando-o como um movimento radical; o MST tornou-se instrumento da mídia porque se transformou na imagem do radicalismo. "Desse modo, tornou-se vítima do maniqueísmo demonizador que empobrece e reduz sua competência política e sua oportunidade histórica". Assim o MST pode ser considerado vítima do maqueísmo que empalidece, limita suas ações e sua interpretação sobre o significado da reforma agrária.

A diversidade do "campesinato brasileiro"³

A diferença da América Espanhola, onde há uma forte homogeneidade na origem social do campesinato é difícil aceitar a existência de um "campesinato brasileiro" como uma classe homogênea. Muito pelo contrário, o que se denomina comumente como "campesinato brasileiro" esconde uma complexidade social e cultural tão surpreendente e diversa do ponto de vista histórico que contrasta fortemente com o projeto único defendido pelos mediadores políticos. O "campesinato brasileiro" abrange diferentes grupos sociais como os índios libertados da servidão no século XVIII e presos nas redes do poder rural; os mestiços de índias e brancos sem nenhuma inserção social; os descendentes de imigrantes estrangeiros do século XIX; brancos pobres dedicados à agricultura de subsistência; sitiantes formados por negros libertos e inclusive proprietários brancos em decadência que no passado foram donos de escravos, e por último, grupos sociais que resultaram da combinação dos grupos mencionados (MARTINS, 2003a)

Os debates teóricos e as diferentes formas de lutas pela reforma agrária no Brasil se remontam aos anos 50 do século passado, mas é difícil encontrar neles uma análise que se dedicasse a desentranhar essa diversidade na formação histórica dos pobres do campo. De certa forma poder-se-ia afirmar que a impossibilidade de realização da reforma agrária está relacionada no desencontro existente entre a diversidade de interesses da população do campo marginalizada e os interesses de classe dos agentes de mediação. Em outras palavras, as lutas pela reforma agrária evidenciam uma diversidade de sujeitos sociais, populações marginalizadas e residuais de velhas relações sociais e de um lento processo histórico, mas que fazem parte da modernidade da sociedade brasileira.

O fim da escravidão indígena (s. XVIII) não foi resultado de um processo de emancipação, pelo contrário foi uma via para a consolidação da escravidão negra,

³ A diferença da "classe operária" que vende sua força de trabalho ao capital o camponês é um "trabalhador independente" que pelo fato de ter ainda o controle sobre instrumentos de produção, vende o resultado da sua atividade produtiva. Para poder estabelecer as diferenças entre camponeses e proletários ver o interessante exercício realizado por Martins (2002).

deixando a força de trabalho indígena de fora de circuito comercial e, portanto sem possibilidades de gerar lucro para a Coroa portuguesa. Essa mão de obra indígena se constituiu posteriormente no elemento fundamental da indústria extrativista na Amazônia. Como argumenta Martins (2003b, p. 12) “mantida como uma espécie de mão-de-obra de reserva empregada, mediante pagamento de renda em trabalho, na agricultura de subsistência, reentraria significativamente na economia de exportação quando, em meados do século XIX, a escravidão negra entrasse em crise. A instituição do morador, no sistema de morada, mão-de-obra residente nas fazendas e sujeitas a tributos em trabalho e espécie, ganhou nova vida e centralidade na substituição do negro cativo, não raro exportado para os florescentes cafezais do Rio de Janeiro e São Paulo”. Esses moradores foram à base social das Ligas Camponesas antes do golpe militar. A reforma radical pela qual lutavam as Ligas Camponesas partia da luta contra a renda da terra que por sua vez possibilitou a passagem para o domínio das relações salariais e a ampliação dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo.

Na Região cafeeira do Sudeste o regime do colonato não conseguiu incorporar às populações pobres, principalmente porque o café se tornou uma cultura rentável somente no século XIX. Com a modernização da agricultura dos anos 50 os trabalhadores, principalmente aqueles cuja origem era o colonato e descendentes de imigrantes estrangeiros, demandaram em primeiro lugar a formalização das relações salariais e somente num segundo momento passaram a enxergar na reforma agrária a solução aos problemas sociais. Precisamente são aqueles trabalhadores que não foram alcançados pela formalização contratual das relações de trabalho, isto é, os trabalhadores em situação precária de trabalho, os sazonais e que se constituem num resíduo, passaram a demandar a reforma agrária.

A situação na Amazônia foi diferente. Depois de sofrerem à escravidão por dívida durante a extração da borracha e da castanha as populações indígenas acabaram localizando-se em alguns espaços abandonados pelos seus donos por causa da crise dessas economias. Porém, a modernização estimulada pelos incentivos fiscais que na Amazônia Legal valorizou os títulos de propriedade provocou uma onda violenta contra as populações indígenas que perambularam pelo nordeste brasileiro buscando terras abandonadas.

Diferente foi a situação na região Sul, onde nos núcleos coloniais surgiu a pequena propriedade familiar no século XIX como uma forma reguladora de um exército de reserva de trabalhadores para a grande lavoura e também como um mecanismo de atenuação dos problemas sociais que se derivavam da existência de um regime latifundiário e escravista. A pequena propriedade nasce como uma alternativa de acesso à terra e que contém a demanda implícita por terra de um grupo social em princípio não numeroso, como um movimento cíclico que se repete mas sem colocar em perigo a reprodução da grande lavoura nem as instituições. A busca pela terra se realizava sob a ética do trabalho imposta pelas elites políticas do Império, isto é, o trabalho como meio de acesso à terra das gerações futuras, uma espécie de “ideologia do trabalho”. Porém este mecanismo entrou em crise. Nas décadas de 50 e 60 o desenvolvimento capitalista valorizou significativamente a propriedade da terra, tanto como meio de produção, de reserva ou especulação. Como resultado, a renda da terra se transformou numa anômala forma da acumulação do capital

no Brasil. Com isso, fechavam-se as possibilidades das populações pobres ocuparem espaços ainda que marginais de um sistema econômico injusto que nunca incorporou a igualdade jurídica como base das relações de trabalho. Igualmente a renda da terra se tornou obstáculo para a efetiva reprodução da pequena agricultura familiar, que ficou limitada nas suas possibilidades de garantir a dotação de recursos necessária para as novas gerações.

Essa diversidade da origem do “campesinato brasileiro” que Martins mostra tem como objetivo explicitar a multiplicidade de determinantes históricos e sociais que influenciam na formação do problema agrário brasileiro. Em consequência, a heterogeneidade do “campesinato brasileiro” implica a existência de uma variedade de interesses sociais que às vezes se tornam contraditórios entre aqueles sujeitos sociais que participam das lutas pela reforma agrária. Essa diversidade de interesses não é percebida e até resulta incompreensível para os mediadores políticos, principalmente para os militantes do MST que não visualizam essa multiplicidade de interesses e por isso mesmo de soluções para a reforma agrária no Brasil.

Numa pesquisa recente realizada por um grupo de pesquisadores⁴ em assentamentos se mostra claramente essa pluralidade de formas e de interesses sociais de quem luta pela reforma agrária. Apesar de que não cabe dúvida da existência de uma massa de trabalhadores que tem como caminho possível a busca de terra ou de uma alternativa de trabalho ou de sobrevivência o que confere certa unidade, mas sem negar a diversidade. Negar ou desconhecer essa heterogeneidade enfraquece a própria luta pela terra e mostra a distância entre os interesses dos dirigentes políticos e a base social do movimento. Talvez resida aqui a origem dos conflitos entre dirigentes do MST e os assentados, conflitos que seriam expressão da “face não-democrática da história do movimento” (NAVARRO, 2002). Segundo este autor esta “face não-democrática” é resultado da “ortodoxa preferência leninista” dos dirigentes do MST.

Longe da visão ideológica dos mediadores políticos (MST e CPT) que visualizam a reforma agrária como “táticas de luta reformistas, mas dentro de uma estratégia revolucionária” (CARVALHO, 1994, p., 258), não há nenhuma evidência de que os pobres do campo busquem uma solução além de seus interesses imediatos como emprego e renda. Para os mediadores a reforma agrária no Brasil deve ser socialista. Segundo eles a reforma agrária deve ser socialista diante das particularidades do modelo capitalista brasileiro: centralização da propriedade e a concentração da produção permitiriam a descentralização da propriedade e a organização coletiva da produção, com isto se devolveria a cidadania aos trabalhadores. De acordo com Stédile⁵ (1994, p. 320, 321) a reforma agrária no Brasil tem que ser socialista “porque ela vai ter que afetar a burguesia como um todo”. Além de que segundo Stédile a reforma agrária implica “reorganizar a produção de maneira diferente, e de uma maneira que interessa a toda a classe trabalhadora”. Para Stédile “vai

⁴ Ver o livro *Travessias* coordenado por José de Souza Martins. Nele encontra-se vários estudos que diversos pesquisadores realizaram sobre os assentamentos no Brasil mostrando a enorme heterogeneidade de origem social e de interesses de quem forma parte destes assentamentos.

⁵ Um dos principais líderes do MST

ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não se fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo em que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo". Na visão de Stédile a reforma agrária ao mesmo tempo que é um meio (uma tática) para o "socialismo", ela também só é possível ultrapassando os limites do capitalismo, daí seu caráter socialista.

Os sujeitos sociais da reforma agrária e os mediadores políticos

Nesse contexto de incertezas pode ser compreendida a distância que se aprofunda entre os dirigentes políticos que defendem o caráter socialista da reforma agrária no Brasil e as reivindicações imediatas e interesses concretos dos pobres do campo que buscam as possíveis saídas para a situação de marginalização em que se encontram. Parece existir uma impossibilidade de compreensão de parte dos mediadores da complexidade da luta pela reforma agrária no Brasil, complexidade que se expressa na diversidade dos sujeitos sociais que nela participam. Na imaginação ideologizada dos dirigentes o sujeito da reforma agrária se expressa na categoria genérica de: "sem-terra". A noção genérica de "sem-terra" oculta a multiplicidade de necessidades e interesses imediatos dos sujeitos que lutam pela reforma agrária. O que dificulta ainda mais a compreensão do processo e suas contradições.

Nos assentamentos pode-se constatar a heterogeneidade dos sujeitos sociais e, portanto a inconsistência da categoria genérica do "sem-terra". Nesses assentamentos podem-se encontrar desde os posseiros que já estavam na fazenda muito tempo antes da ocupação da terra, também se encontram nos assentamentos líderes do MST com longa trajetória na luta pela reforma agrária. É possível encontrar agricultores extremamente empobrecidos; agricultores que já passaram por outros assentamentos e, portanto com alguma experiência organizacional acumulada; e ainda, filhos adultos de agricultores assentados (MARTINS, 2003b).

Apesar desses desencontros entre os dirigentes do MST e da CPT e os sujeitos sociais que lutam pela reforma agrária, o movimento político e social gerado no seio da luta pela reforma agrária no Brasil tem possibilitado que a questão agrária seja inserida como uma questão fundamental na agenda do Estado e não mais como um aspecto marginal na complexidade da sociedade brasileira contemporânea. Mas por outro lado também se pode argumentar que a persistência da questão agrária brasileira como um problema não resolvido explica a presença na sociedade brasileira contemporânea dos sujeitos sociais e dos mediadores políticos das lutas pela reforma agrária.

Porém esses desencontros entre os mediadores e os sujeitos sociais contêm a impossibilidade de uma luta pela reforma agrária vitoriosa, principalmente pela ideologia dos dirigentes que nega a política no sentido amplo para afirmar os estreitos limites partidários.

Segundo Martins (2003b) a visão que a CPT tem da reforma agrária é uma visão quantitativa. Para a CPT, uma verdadeira reforma agrária implica na desapropriação de uma quantidade de terras, em tempo razoavelmente curto, para incidir sobre a concen-

tração da propriedade privada da terra. O pagamento da indenização das terras poderia ser feito a prazo para possibilitar a desapropriação ampla e garantir a oferta de recursos financeiros para apoiar os assentamentos com crédito, assistência técnica e capacitação⁶. A concepção que da reforma agrária tem a CPT é uma visão de curto prazo e não uma perspectiva histórica. A lógica da renda da terra permanece da mesma forma que ainda persiste o mecanismo que leva à concentração fundiária. Dá a impressão de que na visão da CPT há uma separação entre a reforma agrária e a questão agrária. Não há nesta visão um diagnóstico consistente dos problemas sociais para os quais a reforma agrária seria a solução.

Quando o MST e a CPT se referem à reforma agrária, na verdade estão falando de uma variação econômica do que ela deve ser. A reforma agrária brasileira como solução dos problemas sociais combina tanto os interesses dos trabalhadores rurais, do Estado e da sociedade em geral. Não reconhecer isso é contribuir para reforçar a impossibilidade da reforma agrária. As motivações de uma reforma agrária têm origem diversa. Tanto pode interessar aos pobres do campo como às elites. Na visão limitada do MST e a CPT a reforma agrária somente é viável como resultado das lutas populares.

Ao se proclamar protagonistas legítimos da luta pela reforma agrária e ao se recusar a reconhecer as ações legais institucionais do governo, o MST e a CPT, estão negando sua própria conquista como protagonista deste processo. Não é possível considerar que há um processo vitorioso na luta pela reforma agrária quando o MST e a CPT desconhecem o Estado e o governo como interlocutores para a solução dos problemas sociais. Aceitar negociar com o Estado e o Governo significa discutir propostas, aceitar limites, numa palavra: fazer política. Porém o MST e a CPT se negam a fazer política e assim sem sabê-lo negam sua própria existência. Por isso é que Martins (2000) afirma que a inviabilidade da reforma agrária é resultado da impossibilidade do diálogo entre os diversos agentes, considerando o Estado também como um agente importante neste processo.

A "práxis" militante dos agentes mediadores

Os desencontros entre mediadores, que defendem uma suposta demanda única de reforma agrária e os interesses mais amplos da população pobre que representam longamente explicitados na seção anterior, podem ser entendidos no contexto de confronto entre o que Martins denomina de "fundamentalismo popularista" e o conhecimento científico. Viabilizar as saídas para os problemas sociais da sociedade brasileira implica na criação das condições para o desenvolvimento de uma consciência social das causas dos problemas e as possibilidades da sua superação. A consciência popular é um elemento importante, mas ainda insuficiente no processo de descobrir e compreender as causas dos problemas sociais. Aqui entra a função do conhecimento científico produzido pelos cientistas sociais, porque a consciência popular fica cada vez mais distante da complexi-

⁶ <http://www.pt.org.br/san/san98.htm>

dade da sociedade onde há uma multiplicidade de elementos que explicam os fenômenos sociais. Não há hoje uma classe capaz de desenvolver uma compreensão totalizadora das contradições da sociedade moderna. Lembremos que até pouco tempo atrás os marxistas anunciavam que o proletariado era capaz dessa compreensão abrangente dos fenômenos e da essência do capitalismo, daí sua missão histórica.

A CPT e o MST fundamentam suas ações a partir do suposto equivocado de que na consciência popular existe um projeto histórico. É um suposto equivocado porque a consciência popular é imediata e enraizada nas carências materiais das populações pobres. Este desencontro entre os mediadores e suas bases sociais ocorre porque a consciência popular é substituída por uma ideologia partidária. Há uma ausência de mediações sólidas que permitam uma interpretação consistente, teórica e não ideológica. Uma interpretação que permita uma reflexão crítica que aponte na direção das possibilidades históricas que as ideologias impedem visualizar. De acordo com Martins (2003a) as ideologias são importações de circunstâncias e momentos históricos diferentes. Essa transposição faz com que os pobres do campo se transformem em uma abstração que “fundamenta” a utopia pré-política dos mediadores. Porém os pobres são personificações da pobreza social e das contradições sociais concretas. Os pobres do campo mais que reivindicações, eles expressam contradições.

Os estudos recentes sobre o MST, mas abundantes que daqueles que tratam sobre a CPT, não abordam esses desencontros entre as mediações políticas e as bases sociais. E apesar de que os estudos sobre o MST multiplicaram-se de forma significativa, são raros aqueles que não padecem de uma forte idealização, ideologização e superficialidade, dedicando-se a registrar acriticamente as ações do movimento relacionado-as com uma deposta potencialidade revolucionária (NAVARRO, 2002). Este autor afirma que o “desencontro analítico sobre tal fenômeno social” faz com que o conhecimento produzido sobre o MST seja inadequado e parcial. Recentemente Navarro e Horácio Martins de Carvalho (2000) protagonizaram uma efêmera, porém significativa polêmica sobre a essência e os rumos do MST, polêmica que de certa forma pode ser considerada uma manifestação da ruptura irreversível entre produtores de conhecimento e as ações do MST.

É possível que as limitações do MST se relacionem com o fato de que é o próprio MST que produz a “mercadoria teórica” que consome para sustentar sua práxis. Uma práxis que se torna alienada porque elimina as contradições, quando precisamente a contradição é o “princípio vital da sociedade” brasileira. Como afirma Martins (2003: 15-16) pensar a contradição entre o “grande discurso histórico” dos dirigentes e o “pequeno discurso vivencial” das bases sociais e a prática do movimento é fundamental para a análise dos dilemas do presente e buscar as alternativas e novos caminhos.

A produção do conhecimento sobre o MST é um campo onde se misturam os desejos subjetivos dos dirigentes e as necessidades das suas bases; onde se confundem teoria com ideologia. Além disso, a maior parte dessa produção é afetada – como disse Martins (2003) pela intromissão da Igreja e dos partidos políticos. Os trabalhadores sem terra encontram-se numa contradição porque são “orientados por grupos de mediação que têm graves carências teóricas e escassa sensibilidade para o propriamente teórico e interpretativo” (MARTINS, 2003: 22).

Teoria e práxis na luta pela reforma agrária

A relação entre teoria e práxis é resultado da estrutura (divisão social de trabalho e produção de mercadorias) da sociedade capitalista. O anterior significa que a produção e os produtores de conhecimento são condicionados e influenciados pela divisão do trabalho da sociedade capitalista. Como resultado dessa divisão do trabalho os que produzem (a inteligentsia) as teorias se encontram separados de quem as utiliza. A produção e o consumo de conhecimento na sociedade capitalista seguem a mesma lógica da produção de mercadorias. O mercado aparece como mediador entre quem produz e quem consome o conhecimento. Muitas vezes, como acontece com outras mercadorias, o conhecimento produzido não encontra no mercado quem o consuma. Em outras palavras, nem toda teoria se transforma em práxis.

A teoria chega ao mercado através dos artigos e livros publicados ou digitalizados. Ainda que também existam outras formas secundárias que auxiliam na circulação das idéias como os eventos científicos (congressos, seminários, etc) e até mesmo, as idéias disseminadas nos meios de comunicação. Dessa forma o conhecimento produzido chega ao público que, de acordo com suas necessidades, consome ou não essas idéias e as transforma em práxis. Mesmo, as teorias que podem ser consideradas revolucionárias, sofrem o efeito, nas sociedades capitalistas de livre mercado, da lógica da circulação de mercadorias. Em outras palavras, essas teorias precisam ser consumidas para serem transformadas em práticas dos movimentos sociais (HELLER, 1986 p., 161).

Por outro lado, para a análise da relação entre teoria e práxis, é indispensável conhecer quem são os consumidores deste conhecimento produzido. O fato de consumir determinadas idéias faz dos consumidores pertencentes a um grupo social delimitado, relativamente identificável. Ao mesmo tempo em que é possível identificar quais são as idéias que alimentam as práticas de grupos sociais específicos. Este ato de consumo abre o caminho para a possibilidade da práxis social.

Uma reflexão sobre a relação entre teoria e práxis das lutas pela reforma agrária no Brasil é imprescindível para compreender as contradições, os impasses históricos do Brasil contemporâneo que ainda permanecem não resolvidos, em particular a questão agrária e as propostas para solucioná-la. Compreender a história presente implica conhecer esses impasses que caracterizam a história da sociedade brasileira como uma história inconclusa.

O grande discurso histórico e o pequeno discurso imediato

Como se afirmou anteriormente de acordo com Martins (2003^a) existe um desencontro entre a questão agrária e o discurso histórico sobre a questão agrária dos dirigentes do MST e da CPT. Esse discurso sobre a questão agrária ironicamente é um discurso urbano que representa os setores médios da sociedade brasileira distantes das contradições reais em que vivem os pobres do campo. Só com muito atraso os mediadores

políticos das classes médias urbanas tomaram consciência dos graves problemas que afetam a sociedade brasileira. Talvez porque esses mediadores não são vítimas diretas das perversidades do sistema social. Apesar disso, se constituem em portadores daqueles que não tem voz. Dessa maneira ocorre a dissociação entre o discurso de um projeto histórico amplo que representa os interesses dos agentes mediadores e os interesses imediatos das vítimas do capitalismo que reivindicam sua inserção no mercado de trabalho. Parece que a formação da consciência social tem seu próprio ritmo defasado dos problemas reais.

Por exemplo, o atual regime de propriedade da terra foi instaurado com a Lei de Terras em 1850 como uma estratégia dos grandes fazendeiros de manter o controle político na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Cem anos depois, nos anos cinquenta do século XX, esse regime entrou em crise, mas o protesto social só veio à tona trinta anos depois, na década dos 80, quando se intensificou o problema da expulsão dos trabalhadores das fazendas e sua substituição por trabalhadores temporários (MARTINS, 2003a).

Esta “demora cultural” segundo Martins (2003a) explica-se porque há uma separação entre quem protesta e propõe a solução para os problemas e quem é vítima da crise das relações sociais e dos impasses históricos. A permanência desta situação anômala impede a plena compreensão da crise da sociedade moderna brasileira. Por um lado quem fala da crise não é vítima dela, e quem é vítima dela não fala da crise.

Apesar dessas contradições pode-se observar certa continuidade e coerência histórica no grande discurso que se refere à questão agrária. É essa continuidade que caracteriza não só a modernidade do discurso, mas também sua pertinência. O grande discurso político sobre a reforma agrária representa um projeto de transformações estruturais que pretende a superação radical do atual modelo capitalista. Nesse sentido as necessidades dos trabalhadores são dimensionadas de tal forma que possam ser inseridas nesse projeto histórico de transformações. Nesse grande discurso o regime de propriedade é considerado um obstáculo histórico e estrutural para a modernização capitalista. A questão agrária é considerada por este discurso como sendo parte de uma etapa histórica superada, e exige, portanto uma solução imediata e necessária. Caio Prado Júnior (1999) é o expoente mais esclarecido deste discurso.

Porém, no pequeno discurso dos pobres do campo a questão agrária não se manifesta como uma grande questão histórica, mas como a solução dos problemas imediatos e a necessidade da modernização das relações trabalhistas. Esse descompasso é a origem das contradições políticas entre os protagonistas das lutas pela reforma agrária

A questão agrária aparece no *grande discurso* como resultado de um diagnóstico amplo das contradições da modernização da sociedade brasileira de acordo com a perspectiva de grupos “progressistas” minoritários da classe média e da classe operária, sem vínculo nenhum com a problemática agrária.

Este é o dilema das lutas pela reforma agrária no Brasil. No cenário atual coexiste um discurso de grandes decisões históricas e as ações limitadas, sem elaboração política. É difícil conciliar o grande discurso da transformação social com ações pré-políticas de um movimento “luddista tropical”.

Essa é a anomalia que explica a “radicalização” das lutas pela reforma agrária. O

diagnóstico amplo dos mediadores está em conflito com o diagnóstico cotidiano, das reivindicações imediatas do sujeito social das lutas pela reforma agrária.

A partir da análise anterior pode-se concluir de que a questão agrária é um dos principais problemas da sociedade brasileira que ainda permanecem não resolvidos. A reforma agrária que se apresenta como solução para o problema agrário vai além dos restritos programas de reforma agrária e dos estreitos limites do mundo rural. A reforma agrária também é uma reforma urbana que interessa às populações que vivem nas cidades. Longe de ser expressão de relações sociais atrasadas ou “pré-capitalistas” a questão agrária faz parte do Brasil moderno, dando uma fisionomia especial à modernidade do capitalismo brasileiro.

Além disso, as lutas pela reforma agrária podem ser consideradas um campo onde coexistem projetos e discursos ideologizados das classes médias que entram em choque com os interesses imediatos e concretos das bases sociais que representam. A ideologia e os projetos históricos dos mediadores políticos contrastam com as necessidades imediatas de renda e emprego dos grupos sociais que compõem as bases do MST. A ideologia conservadora que orienta as ações da Igreja são valores tradicionais antagônicos com a modernização social e principalmente do Estado. As ideologias dos mediadores são um obstáculo para a compreensão da complexidade das contradições da sociedade moderna.

Referências

- Boletim Semanal da Secretaria Agrária Nacional do PT - 27 de março a 2 de abril de 1999 -ano II- N° 98 <http://www.pt.org.br/san/san98.htm>
- CARVALHO, Horácio Martins de. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a zander navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, Horácio Martins de. Tática reformista, estratégia revolucionária. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo*. <http://www.jubileubrasil.org.br/alca/campanhanacional/campesinato.doc> 2005
- GRAZIANO DASILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HELLER, Ágnes. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo - novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto – ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003^a
- MARTINS, José de Souza. *Travessias – a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: SANTOS, Raimundo e CARVALHO COSTA, Luiz Flávio (orgs.). *Política e Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

Recebido para publicação em 11/11/05

Aceito para publicação em 27/12/05